

ATA DA 10ª REUNIÃO DA CT DA MEO

11 de Outubro de 2023

PRESENCAS

Ana Patricia Silva, António Santos, Francisco Gonçalves, Isabela Mendes, Jaquelina Brito, Jorge Pinto, Maria José Cardoso, Rui Pedro Moreira, Sérgio Pato e Vitor Correia.

AUSÊNCIAS

Fernando Patricio (assistência à família)

ORDEM DE TRABALHOS:

- Votação da ata da 9ª reunião;
- Apresentação das Ações do Secretariado;
- Apresentação de Proposta sobre ACS e respetiva deliberação;
- Deliberação sobre a posição da CT face à Operação Picoas;
- Discussão sobre a intervenção das SubCT vs RTSST.

No dia 11 de outubro de 2023, com início às 09h45, em formato online via Teams, iniciou-se a décima reunião ordinária da Comissão de Trabalhadores (CT) da MEO, com a presença de 10 membros do Coletivo da CT.

Jorge Pinto deu início à reunião, passando-se de imediato à apresentação da proposta de Ordem de Trabalhos.

Como primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, foi **Colocada a votação a Ata da 9ª Reunião Ordinária, sendo a mesma aprovada com 5 votos a favor.**

Apesar da ata ter sido alterada a pedido do Sérgio Pato, conforme indicado pelo Coordenador da CT, a mesma continuou a não ser votada pelo mesmo, posição que foi acompanhada pelo Francisco Gonçalves e pelo Vitor Correia.

Francisco Gonçalves esclareceu que a sua não votação era devido ao facto de entender que as Atas não refletem fielmente o que se passa nas reuniões, sendo elaborada de forma a desvalorizar e descontextualizar algumas posições e intervenções.

Passados ao ponto **Apresentação das Ações do Secretariado** entre reuniões ordinárias e em plano, Jorge Pinto referiu a realização da Reunião com a Presidente Executiva, onde não estiveram presentes o António Santos, o Francisco Gonçalves, a Isabela Mendes e a Maria José Cardoso. Uma reunião que o Coordenador da CT classificou de “cordial”, da qual resultou um Comunicado aos trabalhadores e do qual foram excluídas as informações que a Presidente Executiva classificou como confidencial, ao pedir reserva na divulgação das mesmas. Informou ainda que o Secretariado recebeu a informação que a empresa se recusará a fazer a Ata desta 2ª parte da 5ª reunião mensal. Nenhum dos presentes se quis pronunciar neste ponto, pelo que se passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

No ponto relativo à **Apresentação de Proposta sobre ACS e respetiva deliberação**, o Coordenador esclareceu que do ponto de vista do Secretariado, apesar de ter existido uma deliberação, na reunião anterior, no sentido de se elaborar um documento que pudesse ser apresentado à empresa de forma unanime, tendo essa deliberação tido 3 votos contra, essa unanimidade seria impossível, pelo que consideraram desnecessária a apresentação de qualquer documento neste ponto. Rui Moreira e Ana Patricia Silva corroboraram da mesma opinião.

Entrados no ponto de **Deliberação sobre a posição da CT face à Operação Picoas**, o coordenador recordou que a ausência de informação por parte da empresa faz parte da mediação de conflitos pedida à DGERT e queixa à ACT.

António Santos referiu que, apesar de não ter estado presente na reunião com a Presidente Executiva, tinha ouvido dizer que a empresa se ia constituir Assistente no processo judicial, e caso isso não acontecesse, que a Comissão de Trabalhadores deveria avançar nesse sentido.

Ana Patricia Silva referiu não ter ficado tranquila na reunião com a Presidente Executiva com a informação que deveria interagir diretamente com o Ministério Público caso tivesse acesso a alguma informação que demonstrasse que os atos que levaram à Operação Picoas continuavam. Rui Moreira referiu que a interação com a DGERT e a ACT demonstram que pouco se pode esperar em termos de informações da empresa, pelo que faria todo o sentido que a CT se constituísse Assistente no processo.

Francisco Gonçalves questionou sobre o que era necessário para a CT se constituir Assistente. António Santos indicou que para tal era necessário a existência de um mandatário e fazer o pagamento das custas processuais.

Francisco Gonçalves referiu que, na sua opinião, não tem dúvidas que praticamente tudo se mantém igual, referindo-se à inexistência de qualquer tentativa em adquirir o capital minoritário na TNORD e na SUDTEL, que alegadamente está em entidades ligadas a Hernâni Vaz Antunes e Armando Pereira. Acrescentou que no caso do investimento na Rio Forte, no tempo de Zeinal Bava, acredita que muito poucos, incluindo alguns Administradores, tiveram conhecimento do que se passava, enquanto que neste caso, da Operação Picoas, praticamente toda a cúpula dirigente era conivente para manter o seu lugar, e que se houvesse uma tentativa séria de expurgar da empresa, todos os envolvidos, incluindo administradores e diretores, que aceitaram o que lhes tinha sido imposto como regras para o funcionamento do negócio com fornecedores e prestadores, então praticamente toda a estrutura dirigente tinha de ser substituída.

Maria José referiu que concorda com o facto da Comissão de Trabalhadores se constituir Assistente no processo, mas referiu que este tipo de processos são muito dispendiosos e questionou como é que a CT iria garantir o pagamento do mesmo. Considerando que o assunto deveria ir a votação apenas quando estivessem garantidas as condições mínimas financeiras e, por tal motivo, se iria abster na votação.

Feita a votação sobre a CT se constituir Assistente e com isso o Secretariado ficar mandatado para fazer o levantamento dos custos associados, o mesmo foi aprovado com 7 votos a favor e 1 abstenção, com declaração de voto por parte do Francisco Gonçalves: “Votei a favor da CT se constituir Assistente com o reparo de que teriam que ser previamente garantidas condições financeiras e apoio jurídico para o fazer.”.

Entrados no ponto **Discussão sobre a intervenção das SubCT vs RTSST**, o coordenador enquadrou o assunto no que parece ter existido um esvaziamento ou substituição das funções das SubCT pelos RTSST, um trabalho de proximidade que faz a diferença. Que as 38 SubCT parecem de alguma forma “adormecidas” e deveriam ter um trabalho complementar aos RTSST. Francisco Gonçalves referiu que se o Secretariado já tinha feito o diagnóstico o importante era passar das palavras aos atos e dinamizar as SubCT, mencionando que era necessário propor à DRH as reuniões descentralizadas com as SubCT por áreas geográficas como se fazia no passado. Deu ainda como exemplo a realização de Encontros Nacionais de SubCT, com os custos suportados com a empresa, iniciativa que possibilitava que os membros das SubCT inclusive se conheçam a nível nacional, incluindo Madeira e Açores.

Francisco Gonçalves referiu ainda que infelizmente não se realizou nenhum Encontro Nacional de SubCT no mandato anterior, dadas às várias vicissitudes, entre elas a Pandemia.

Maria José Cardoso que é atualmente membro dos dois órgãos representativos dos trabalhadores, comentou a falta de abrangência geográfica dos 7 elementos eleitos nos RTSST, mas que só ainda tinha participado em uma reunião, pelo que não consegue fazer uma avaliação, considerando, no entanto, que existe espaço para fazer um encontro nacional de SubCTs e que foram feitas várias “ferramentas” para dinamizar e facilitar a comunicação entre estas estruturas e como tal deviam ser dinamizadas.

Jorge Pinto concluiu que um dos objetivos quando o Secretariado colocou esta discussão na ordem de trabalhos tem o duplo objetivo de reunir com os RTSST e dinamizar as SubCT de futuro, sendo que esta discussão foi bastante positiva e mostrou que há sempre formas de melhorar o nosso trabalho.

Jorge Pinto finalizou a reunião informando que, enquanto Coordenador da CT, foi convidado a participar, no dia 14 de outubro, num evento anual da Associação de Trabalhadores e Reformados da Portugal Telecom, na cidade do Porto, e que por motivos pessoais não poderia estar presente, mas que faria todos os esforços para se fazer representar por um membro do Secretariado. E, que recebeu um convite para participar no dia 28 de outubro, no evento “Abril é Agora”, também na cidade do Porto, num painel que reúne coordenadores de várias Comissões de Trabalhadores portuguesas. Questionado pelo Francisco Gonçalves, esclareceu que a sua participação não terá qualquer custo para a CT, alvo de apoio à atividade da CT pela empresa.

A reunião terminou às 12h30 com a leitura de um esboço da minuta da ata.

Anexos:

- Minuta da Ata
- Comunicado aos Trabalhadores: Reunião da CT com a Presidente Executiva

MINUTA DA ATA

10ª REUNIÃO DA CT DA MEO

Dia 11 de outubro de 2023, com início às 09h45, em formato online via Teams, iniciou-se a décima reunião ordinária da Comissão de Trabalhadores (CT) da MEO com a presença de 10 membros eleitos da CT.

Não estive presente o Fernando Patrício (assistência à família).

Iniciou-se a reunião recordando a Ordem de Trabalhos:

- Votação da ata da 9ª reunião;
- Apresentação das Ações do Secretariado;
- Apresentação de Proposta sobre ACS e respetiva deliberação;
- Deliberação sobre a posição da CT face à Operação Picoas;
- Discussão sobre a intervenção das SubCT vs RTSST.

A ata da 9ª reunião foi aprovada com 5 votos a favor. 3 membros do coletivo não votaram e outros 2 não votaram por não terem estado presentes na reunião.

O ponto sobre deliberação da proposta sobre a ACS não foi votado, visto ter ficado expresso na reunião anterior que não havia unanimidade quanto ao ponto, muito menos haveria relativamente a um documento que o Secretariado pudesse apresentar.

Deliberou-se sobre a CT se deveria constituir Assistente no processo judicial associado à mediatizada Operação Picoas e com isso o Secretariado ficar mandatado para fazer o levantamento dos custos associados, tendo sido aprovado com 7 votos a favor e 1 abstenção. 2 elementos da CT não votaram, um por considerar a votação desnecessária e outro por já não se encontrar presente na reunião.

Ocorreu a discussão dos restantes pontos da Ordem de Trabalhos sem que nada de concreto e factual se tenha incluído na minuta da ata.

A reunião terminou às 12h30 com a leitura de um esboço da presente minuta da ata.

Comissão de Trabalhadores MEO

From: Comissão de Trabalhadores MEO
Sent: 27 de setembro de 2023 17:10
To: Comissão de Trabalhadores MEO
Subject: COMUNICADO AOS TRABALHADORES - Reunião da CT com a Presidente Executiva

Expires: 25 de março de 2024 00:00

No dia 20 de setembro, a Comissão de Trabalhadores da MEO (CT) teve a oportunidade de reunir pela primeira vez, desde que tomou posse em janeiro de 2023, com a Presidente Executiva da Altice Portugal, dra. Ana Figueiredo, que se fez acompanhar pelo seu novo Chefe de Gabinete, da Diretora de Recursos Humanos e a sua equipa de Assessoria das Relações Laborais, para o que se denominou como a 2ª parte da reunião mensal de setembro (tendo a 1ª parte ocorrido a 6 de setembro), com o objetivo de dialogar sobre questões que consideramos importantes para todos nós, enquanto trabalhadores da MEO.

A ordem de trabalhos desta reunião mensal incluía originalmente, entre outros temas, a Operação Picoas e o pilar estratégico “Pessoas”, ao qual não poderíamos deixar de aproveitar a oportunidade de incluir a relação institucional da CT com a empresa, que nestes primeiros 9 meses de mandato, já foi alvo de uma exposição para mediação de conflitos à DGERT (Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho) e um pedido de intervenção inspetiva à ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho).

OPERAÇÃO PICOAS

A CT começou por pedir informações sobre a Operação Picoas relembrando a existência de um Plano de Prevenção de Risco de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), datado de 2022, em que apesar de todo o detalhe sobre a constituição do Comité Executivo (COMEX) e as direções sobre a responsabilidade de cada um dos seus membros, em termos de Política Anticorrupção para as diferentes áreas da empresa, consistentemente o risco foi classificado de probabilidade remota, impacto baixo ou moderado, nível de controlo alto ou médio-alto, o que invariavelmente resultou num risco residual baixo. A realidade é que foi tornada pública a Operação Picoas em que alegadamente tudo falhou.

A Presidente Executiva fez a cronologia dos factos associados à Operação Picoas, classificou a reação da empresa como ágil e transparente logo após ter sido notificada a 13 de julho, relatando muita da informação pública sobre as medidas que foram tomadas (informação essa quase na totalidade disponível na Comunicação Social ou alvo de comunicados anteriores da empresa ou da CT). Mencionou o reforço de medidas de delegação de competências, a remodelação que fez ao COMEX a 1 de setembro e que a auditoria em curso deverá estar concluída até ao final do ano. Que a empresa, enquanto lesada, está a tomar medidas para tentar recuperar no que lhe tiver sido subtraído, embora tenha minimizado o impacto que isso poderá ter nas contas da empresa, visto tratarem-se de bens fornecidos ou serviços efetivamente prestados. Reiterou uma mensagem de tranquilidade quanto ao plano que traçou para a empresa e para o qual está mandatada para executar.

Dentro deste ponto falou-se sobre a transação de imóveis, que eventualmente lesaram o Estado por fuga aos impostos e a empresa porque pode ter vendido património abaixo do valor de mercado, sendo que a CT reforçou a importância do local icónico para muitos de nós trabalhadores: a Verdizela, onde muitos filhos de trabalhadores fizeram colónias de férias ao longo do seu crescimento, ou outros eventos com os DarWiN, ao que recebemos da Presidente Executiva o compromisso da empresa em encontrar outro espaço e manter essa tradição importante para os trabalhadores, assim como elencou outros apoios que a empresa tem de apoio às famílias

PESSOAS

A CT confrontou a Presidente Executiva sobre a estagnação a que os trabalhadores estão sujeitos, muitos há mais de 10 anos sem qualquer movimento no chamado Modelo de Carreiras e/ou salarial, independente da chamada meritocracia.

Foi assumida pela Presidente Executiva a prioridade por parte da empresa nas Pessoas, como explicou a todos os trabalhadores durante o RoadShow que fez pelo país, mas que é algo que não se resolve em um ano ou dois. Indicou que costuma dizer que o maior ativo da empresa sai todos os dias pela porta da frente. Confidenciou ainda que no Relatório e Contas de 2022, que ainda não é público, há informação sobre um incremento de vários milhões na massa salarial e mais de mil movimentos de promoção ou progressão efetuados nos últimos 2 anos, que envolvem não só a MEO, como também a Geodésia e a Altice Labs, e que vão muito além do estabelecido nas últimas negociações, com os Sindicatos, do Acordo Coletivo de Trabalho.

A CT recordou um pedido efetuado em maio passado, na altura ao CCO João Zúquete, que incluía três assuntos de resposta simples: o apoio financeiro aos trabalhadores em teletrabalho, o aumento do subsídio de almoço dos € 8,32 para os € 9,60 e a continuidade da oferta de serviços MEO aos trabalhadores em 2024. Sendo que a empresa se comprometeu a avaliar a Portaria sobre o Teletrabalho após ser publicada, sobre o aumento do subsídio de almoço ficou para ser discutido em âmbito de ACT e sobre a gratuidade dos serviços MEO para 2024 a resposta foi que “ainda era cedo” para se falar sobre isso.

DIÁLOGO

A CT reforçou a necessidade de um diálogo constante, leal e franco, que se traduza numa relação profícua com a gestão da empresa, e reciprocidade, pois quando nos pedem lealdade, também precisamos de sentir que confiam em nós. E não foi essa a relação que se construiu nos últimos 9 meses. A Presidente Executiva reforçou que do seu ponto de vista vamos ter em muitas matérias perspetivas diferentes sobre o mesmo assunto, o que não tem de corresponder a uma relação conflituosa.

Enquanto CT enfatizámos a importância de uma comunicação transparente entre a gestão e os trabalhadores, ao que a Presidente Executiva concordou em manter canais de comunicação abertos e a promover uma maior transparência na tomada de decisões.

“Se há diálogo, há MEO!”, “Se há transparência, há MEO!”, “Se há paz social, há MEO!” foram vários dos desafios que ao longo da reunião a CT deixou à Presidente Executiva, para que estas expressões, não sejam apenas slogans, mas encarados como princípios na nossa empresa.

Da Presidente Executiva recebemos as garantias que da sua gestão podemos esperar a máxima colaboração, que em muitas coisas vamos concordar porque certamente procuramos todos os interesse dos trabalhadores, noutras vamos ver os problemas por diferentes prismas, o que não quer dizer que não possamos atingir os mesmos objetivos, e noutras ainda vamos concordar em discordar. Indicou que desse diálogo entre as partes e da partilha entre todos que nascem soluções e assumiu que para a Presidente Executiva esta CT será sempre parte da solução e não do problema. Por fim, comprometeu-se a estar presente em próximas reuniões...



Comissão de Trabalhadores MEO
Secretariado

213531720 | 226090118
www.ctmeo.pt | ct.meo@altice.pt
Av. Fontes Pereira de Melo, 40 - Fórum Picoas, sala A3
1069-300 LISBOA
altice.pt